

ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO DE PLATAFORMAS

Data: 30 de julho de 2009

Local: IBP - Rio de Janeiro

Participantes: José Roberto M. Aragão (MTE/SRTE/RJ); Luiz Sérgio Brandão de Oliveira (MTE/SRTE/RJ); José Roberto Paulon Silva (DPC); Sérgio Dacorso (Syndarma); Getúlio Leite (IBP); Oton Corrêa (ABESPETRO); Armando Pinto Freitas (SINDPETRO/NF); Cairo Garcia Corrêa (FUP); Odilon Braga (CONTTMAF); Alexandre Julianelli (ANP); Adilson de Oliveira Siqueira (Assessor Técnico – Trabalhadores); Danielle da Motta Azevedo (Assessora Técnica – Trabalhadores); Alex Garcia de Almeida (ANP- Convidado); Franklin Rabelo de Araújo (Assessor Técnico do Governo)

1. A reunião iniciou-se com o quorum necessário.
2. Em seguida foi lida e aprovada a ata da 33ª RO sem correções.
3. Logo após foi recolocada em discussão a proposta de Governo apresentada na Reunião anterior.
4. O tema sobre Inspeção Prévia passou a ser discutido sendo que a Bancada de Empregadores apresentou uma proposta de substitutivo.
5. Após a apresentação, justificativas e esclarecimentos do conteúdo, foi concedido, a pedido da Bancada de Governo, um breve recesso.
6. A Reunião retomou os trabalhos e logo em seguida aprovou o texto no formato apresentado no Anexo 1 (A) desta Ata.
7. Passou-se a discutir a segunda parte da proposta relativa à Sinalização de Segurança.
8. Novamente a Bancada dos Empregadores apresentou proposta de substitutivo, que foi devidamente apresentada a todos.
9. Após mais alguns esclarecimentos, novamente a Bancada de Governo solicitou recesso.
10. Retomando o assunto e após elogios das Bancadas ao trabalho apresentado pelos empregadores, o Governo justificou que concordaria em aprovar apenas parte da proposta, visto que a aprovação de um modelo de sinalização por faixas, deveria ser objeto de uma análise mais ampla, no contexto da reformulação da NR-26 (que já se encontra aguardando o momento de iniciar os trabalhos).
11. Os trabalhadores seguiram na mesma linha do Governo.
12. A Bancada de Empregadores manifestou seu desagrado e desapontamento com a posição dos parceiros de mesa.
13. Após algumas considerações o Governo propôs a aprovação da 1ª parte da proposta relativa às cores na sinalização de plataformas e o encaminhamento da parte relativa à

sinalização por faixas (Anexo 1 (C)), mediante ofício dirigido ao DSST, como subsídio para o futuro GTT que irá analisar a modificação da NR-26.

14. As partes chegaram a um consenso e o texto para a NR-30 foi aprovado conforme consta no Anexo 1(B) desta ata.
15. Ultrapassado este item o Governo apresentou (vide Anexo 2 desta Ata) e colocou em Pauta para a próxima reunião o texto relativo à prevenção de acidentes maiores (proposta encaminhada pelo GTT que discute a reformulação da NR-20).
16. Nada mais havendo a tratar, a 35ª Reunião Ordinária foi confirmada para o dia 13 de agosto de 2009 das 10h e 30 min. às 17h e 30 min, na sede do IBP, no Rio de Janeiro, para a continuidade das discussões.

José Roberto de Novaes Moniz de Aragão
Coordenador da Subcomissão de Plataformas

ANEXO 1 (A):

Inspeção Prévia

1. Aplicam-se às plataformas e instalações de apoio o que dispõe a Norma Regulamentadora NR-2, com as alterações que constam deste item.
2. O Operador de Concessão ou o Operador de Instalação, deve requerer ao Ministério do Trabalho e Emprego, de acordo com a Norma Regulamentadora NR-2, a inspeção prévia de plataforma ou instalação de apoio que vá operar em águas sob jurisdição nacional.
- 3 O Operador de Concessão ou o Operador de Instalação, podem encaminhar ao Ministério do Trabalho e Emprego, juntamente com o pedido de inspeção prévia, uma Declaração da Instalação Marítima, conforme modelo anexo, demonstrando o atendimento aos requisitos dispostos neste Anexo. Esta Declaração será aceita pelo Ministério, para fins de fiscalização, quando não for possível realizar a inspeção prévia antes da plataforma ou instalação de apoio iniciar suas atividades.
- 3.1 – No caso de instalação de perfuração, esta declaração deve ser entregue ao Ministério do Trabalho e Emprego até 90 dias antes do início das atividades de perfuração em águas sob jurisdição nacional.
- 3.2 - No caso de instalação de produção, esta declaração deve ser entregue ao Ministério do Trabalho e Emprego até 180 dias antes do final da ancoragem no local de operação, para instalações flutuantes, ou do término da montagem no local de operação, para as instalações fixas.

4. A entrega da documentação a que se refere o item 3 acima deve ser feita no protocolo geral da sede da SRTE correspondente a unidade da federação onde o estabelecimento interessado está instalado.

5. No caso das instalações de perfuração marítima o Operador de Instalação deve comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego quando da ocorrência de mudança no Operador de Concessão tomador de seus serviços, sem que esta situação implique na necessidade de nova inspeção ou remessa de Declaração de Instalação.

DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÃO MARÍTIMA (MODELO)

NR 30

ANEXO DE PLATAFORMAS

- 1 NOME DA INSTALAÇÃO :**
- 2 Razão Social: do Estabelecimento da concessionária ou da operadora da instalação:**
- 3 CNPJ: (idem)**
- 4 Endereço: *(da Gerência que tem gestão sobre a instalação)***
- 5 CEP: (idem)**
- 6 Telefone : (idem)**
- 7 Atividade principal da Plataforma:**

8 Localização da Plataforma:

9 Número de trabalhadores a bordo (previstos) :

- **Masculino:**
 - a. Empregados Próprios:
 - b. Empregados de Prestadoras de Serviço:
- **Feminino:**
 - a. Empregados Próprios:
 - b. Empregados de Prestadoras de Serviço:

10 Descrição das Instalações e dos Equipamentos

(deverá ser feita obedecendo ao disposto no Anexo de Plataformas da NR-30; usar o verso e anexar outras folhas, se necessário).

7 Anexos:

1. Planta Geral
2. Planta do Casario
3. Planta de localização dos equipamentos de Combate a incêndio e Salvatagem
4. Relação das Caldeiras e Vasos de Pressão

8

Nome legível, Número de Registro no CREA e assinatura do Engenheiro de Segurança do Trabalho Responsável pelas Informações)

9 Requerimento:

(Nome do Operador da instalação) vem, consoante o previsto no item Inspeção Prévia do Anexo de Plataformas da NR-30, solicitar ao Ministério do Trabalho e Emprego a inspeção prévia da (Nome da Instalação), acima descrita, informando que a mesma deverá entrar em operação em (data).

Nestes termos, pede deferimento.

10 _____

(Nome legível e assinatura do empregador ou preposto)

11 Data: ____/____/ 20____

ANEXO 1 (B):

Sinalização de Segurança

1 – Aplica-se às plataformas e instalações de apoio o constante da NR-26, do Ministério do Trabalho e Emprego, com as alterações constantes dos itens abaixo.

2 - Para fins de atendimento à sinalização de segurança, as cores de segurança previstas na Norma Regulamentadora – NR-26 devem ser aplicadas a bordo de plataformas e instalações de apoio as cores de segurança conforme abaixo descrito:

2.1 Vermelha.

2.1.1 A cor vermelha deve ser usada para distinguir e indicar a bordo os equipamentos e aparelhos de proteção e combate a incêndio.

2.1.2 Deve ser empregada para identificar:

- caixas de alarme de incêndio;
- hidrantes;
- bombas de água para combate a incêndio;
- sirenes de alarme de incêndio;
- extintores de incêndio e sua localização;
- indicações de extintores;
- localização de mangueiras de incêndio (a cor deve ser usada no carretel, suporte, moldura da caixa ou nicho);
- tubulações e válvulas de acionamento de sistemas de chuveiros automáticos;
- tubulações da rede de água para combate a incêndio;
- portas de saída de emergência;
- tanques de Líquido Gerador de Espuma;
- tubulações, cilindros e difusores de gás carbônico para combate a incêndio;
- escotilhas para fuga
- botoeiras para iniciar alarme, parada de emergência ou de acionamento manual de sistemas de combate a incêndio;
- a mangueira de acetileno, nos equipamentos de soldagem oxi-acetilênica.

2.2 Amarelo.

2.2.1 A cor amarela deve ser empregada a bordo para indicar "Alerta!", assinalando:

- corrimões, parapeitos, guarda-corpos e rodapés de guarda-corpo;
- passarelas e plataformas;
- espelhos de degraus de escadas;

- bordas desguarnecidas de aberturas no piso que não possam ter guarda-corpo ou tenham guarda-corpos removíveis para passagem de cargas;
- bordas horizontais de portas de elevadores que se fechem verticalmente;
- faixas no piso da entrada de elevadores e plataformas de carregamento;
- paredes de fundo de corredores sem saída;
- estruturas metálicas ou trechos de tubulações colocadas a baixa altura;
- cabines de equipamentos, guindastes, pontes rolantes, guinchos, talhas, ganchos (gato), acessórios de movimentação de carga etc.;
- equipamentos de transporte sobre trilhos, vagonetes, reboques, etc.;
- fundos de letreiros e avisos de advertência;
- obstáculos ou estrutura saliente onde se necessita chamar a atenção (risco de acidente ou impacto)
- cavaletes;
- comandos e equipamentos suspensos que ofereçam risco.
- faixas delimitando zonas de proteção contra arcos elétricos para painéis e quadros elétricos

2.2.2 A cor amarela pode ser combinada com a cor preta para se obter maior destaque.

2.2.3 A cor amarela também deve ser usada para identificar tubulações de gases inflamáveis não liquefeitos (gás natural, hidrogênio etc.).

2.3 Branco.

2.3.1 A cor branca deve ser empregada a bordo em:

- faixas para delimitar passarelas e corredores de circulação
- setas de sinalização de sentido e circulação;
- localização de coletores de resíduos;
- localização de bebedouros;
- áreas de piso em torno dos equipamentos de socorros de urgência e outros equipamentos de emergência ;
- Faixas delimitando áreas destinadas à armazenagem de materiais;
- Faixas delimitando zonas de segurança.

2.3.2 A cor branca também deve ser usada para identificar tubulações de vapor d'água.

2.4 Preta.

2.4.1 - A cor preta poderá ser usada em substituição à cor branca, ou combinada a esta, quando condições especiais o exigirem.

2.5 Azul.

2.5.1 A cor azul deve ser utilizada a bordo para indicar “Cuidado!” ou uma ação de segurança obrigatória, como nas seguintes situações:

- barreiras de prevenção contra movimento acidental de qualquer equipamento em manutenção;
- avisos e barreiras de advertência nos painéis de comando ou de partida de equipamentos geradores de energia elétrica.

2.5.2 A cor azul também deve ser usada para identificar tubulações de ar comprimido.

2.6 Verde.

2.6.1 A cor verde é a cor que caracteriza "Segurança". Deve ser empregada a bordo para identificar:

- caixas de equipamento de socorro de urgência;
- caixas contendo equipamentos de proteção respiratória;
- chuveiros de segurança;
- caixas contendo macas;
- fontes lavadoras de olhos;
- quadros para exposição de cartazes, boletins, avisos de segurança etc.;
- caixas contendo EPI e sinalização de sua localização;
- placas e emblemas de segurança;
- a mangueira de oxigênio, nos equipamentos de soldagem oxi-acetilênica.

2.6.2 A cor verde também deve ser usada para identificar tubulações de água.

2.7 Laranja.

2.7.1 A cor laranja deve ser empregada a bordo para indicar “Perigo!” e usada para identificar, por exemplo:

- guardas e coberturas de proteção para partes móveis perigosas, partes rotativas de equipamentos e máquinas;
- partes internas das guardas de máquinas que possam ser removidas ou abertas;
- placas internas para montagem de componentes e/ou portas internas/barreiras de segurança em painéis elétricos e quadros de distribuição de energia elétrica;
- faces e proteções internas de caixas de dispositivos elétricos que possam ser abertas;
- faces externas de polias e engrenagens, quando expostas;
- bordas de dispositivos de corte, serras ou prensas.

2.7.2 A cor laranja deve ser utilizada em equipamentos de salvamento marítimo, tais como bóias circulares, coletes salva vidas, embarcações de resgate, embarcações de salvamento etc. assim

como usada para identificar armários contendo o conjunto de equipamentos usados para o controle de poluição previsto na Convenção MARPOL.

2.7.3 A cor laranja também deve ser usada para identificar tubulações de ácidos.

2.8 Púrpura.

2.8.1 A cor púrpura deve ser usada para indicar os perigos provenientes das radiações eletromagnéticas penetrantes e partículas nucleares. Deverá ser empregada a cor púrpura em:

- portas e aberturas que dão acesso a locais onde se manipulam ou armazenam materiais radioativos ou materiais contaminados por materiais radioativos;
- recipientes de materiais radioativos ou refugos de materiais radioativos e equipamentos contaminados por materiais radioativos;
- sinais luminosos para indicar equipamentos produtores de radiações eletromagnéticas penetrantes ou partículas nucleares.

2.9 Lilás.

A cor lilás deve ser usada para identificar tubulações que contenham álcalis.

2.10 Cinza.

2.10.1 A cor cinza-claro deverá ser usada para identificar canalizações que operem sob vácuo.

2.10.2 A cor cinza-escuro deverá ser usada para identificar eletrodutos.

2.11 Alumínio

A cor alumínio deve ser utilizada a bordo para identificar tubulações contendo petróleo, misturas oleosas, inflamáveis líquidos, gases liquefeitos e líquidos combustíveis.

2.12 Marrom.

A cor marrom pode ser adotada, a critério do Operador da Instalação, para identificar qualquer fluido não identificável pelas demais cores.

2.13 Padrões das Cores

A especificação das cores definidas neste Anexo obedece aos seguintes padrões Munsell (vide Nota):

Cor	Notação Munsell
Preto	N 1
Cinza-Escuro	N 3.5
Cinza-Claro	N 6.5
Branco	N 9.5
Alumínio	-
Vermelha	5 R 4/14
Marrom	2.5 YR 2/4
Laranja	2.5 YR 6/14
Amarelo	5 Y 8/12
Verde	10 GY 6/6; 2.5 G 5/10
Azul	2.5 PB 4/10
Púrpura	10 P 4/10; 2.5 RP 4/10
Lilás	2.5 P 6/8

Nota : Munsell Book of Color, Ed 1929

3 - Os ambientes, o corpo das máquinas e equipamentos mecânicos em geral devem ser pintados em cores claras, a critério do Operador da Instalação, visando proporcionar maior segurança, melhores condições ergonômicas, facilidade para trabalhos de operação, inspeção e manutenção, e maior eficiência energética/luminosa.

Com exceção das cores verde, branca e preta, as demais cores padronizadas neste Anexo não devem ser utilizadas na pintura do corpo de máquinas.

ANEXO 1 (C) : Itens a serem enviados para discussão no âmbito do GTT da NR-26 :

4- Com objetivo de evitar acidentes as tubulações industriais para condução de líquidos ou gases e os eletrodutos, deverão receber a aplicação de cores, em toda sua extensão, a fim de facilitar a identificação do conteúdo ou, alternativamente, ser identificada por meio de faixas de identificação, conforme o disposto a seguir.

4.1 Quando utilizadas faixas de identificação estas deverão ter um comprimento de 30 cm e ser dispostas sobre a tubulação da seguinte maneira:

- Uma vez em cada compartimento, no mínimo;
- Em cada ponto de penetração em anteparas, paredes e pisos;
- Em cada ponto onde seja possível a desconexão da tubulação;
- Ao lado de cada válvula de bloqueio ou ponto de drenagem ou ventilação da tubulação;

- Dentro de uma distância de até 9,00 metros de extensão sobre a tubulação, em trechos retilíneos de grande vão, sendo que as condições locais podem exigir uma identificação mais freqüente devido à existência de curvas da tubulação ou à proximidade de tubulações para serviços diferentes.

4.2 A tubulação de água potável deve ser diferenciada, de forma inconfundível, com a letra P, em branco, sobre a faixa de identificação em verde, quando esta for usada, ou aplicada sobre a tubulação conforme o disposto no item 4.1, se toda a tubulação for pintada com a cor de identificação.

4.3 Nos casos de tubulações destinadas a materiais para combate a incêndios (água, espuma, líquido gerador de espuma ou gás carbônico) a pintura na cor de identificação deve ser feita em toda a extensão da tubulação.

4.4 Quando houver a necessidade de uma identificação mais detalhada (tipo de fluido concentração, temperatura, pressões, pureza, etc.), a diferenciação far-se-á através de faixas de cores diferentes, aplicadas em cada lado da faixa com cor básica.

4.5 As faixas de identificação poderão ser pintadas sobre a tubulação ou aplicadas por meio de filmes plásticos. Neste caso, as tintas e adesivos usados nos filmes não devem nem atacar nem danificar a superfície da tubulação que estiver sendo identificada.

4.6 O sentido de transporte do fluido na tubulação, quando necessário, será indicado por meio de seta pintada em cor de contraste sobre a cor da tubulação. Tubulações que tenham fluxo em sentidos opostos em diferentes momentos podem ser marcadas com setas apontando em ambos os sentidos.

4.7. É recomendado que as tubulações tenham, também, marcação adicional por texto para indicar claramente o conteúdo e / ou a função da tubulação, colocada junto a válvulas de manobra e junto a vasos ou equipamentos (bombas, compressores, filtros etc)

4.8. As tubulações revestidas com isolamento térmico devem ser identificadas na mesma forma como acima definido.

4.9 Os vasos ou tanques fixos que armazenem fluidos deverão ser identificados pelo mesmo sistema de cores que as tubulações.

ANEXO -2

TEXTO PROPOSTO PELO GOVERNO PARA DISCUSSÃO DO ITEM RELATIVO A PREVENÇÃO DE ACIDENTES INDUSTRIAIS MAIORES (nova NR-20)

Projeto

20.4.1 As plataformas de petróleo e gás e instalações de apoio devem ser precedidas de projeto que contemple os aspectos de segurança, saúde e meio ambiente previstos nas normas regulamentadoras, normas técnicas, convenções e acordos coletivos, bem como regulamentações federais, estaduais e municipais.

Análise de Riscos

20.10.1 O empregador deve elaborar e documentar as análises de riscos das operações ou das atividades nas plataformas de petróleo e gás e instalações de apoio.

20.10.2 As análises de riscos da instalação devem ser estruturadas com base em metodologias apropriadas, escolhidas em função dos propósitos da análise, e das características e da complexidade da instalação.

20.10.3 As análises de riscos devem ser coordenadas por profissional habilitado, com conhecimento e experiência em metodologias de análise de riscos.

20.10.4 As análises de riscos devem ser elaboradas por equipe multidisciplinar com a participação de, no mínimo, um trabalhador com conhecimento dos riscos e com experiência na instalação que é objeto da análise.

20.10.5 O empregador deve implementar as recomendações resultantes das análises de riscos e encaminhar cópia à CIPA e ao SESMT.

Construção e Montagem

20.5.1 A construção e montagem das plataformas de petróleo e gás e instalações de apoio devem observar as especificações previstas no projeto, bem como, as normas regulamentadoras e as normas técnicas.

20.5.2 As inspeções e os testes realizados por profissional habilitado, na fase de construção e montagem, devem ser devidamente documentados de acordo com o previsto nas normas regulamentadoras, nas normas técnicas e nos manuais de fabricação dos equipamentos e máquinas.

20.5.3 Os equipamentos e as instalações das plataformas de petróleo e gás e instalações de apoio devem ser adequadamente identificados e sinalizados, de acordo com o previsto pelas normas regulamentadoras e pelas normas técnicas, a fim de evitar acidentes de trabalho.

Segurança Operacional

20.6.1 O empregador deve elaborar e implementar procedimentos escritos de segurança no trabalho, em conformidade com as especificações do projeto das instalações e com as recomendações das análises de riscos das atividades e operações.

20.6.4 Os procedimentos de segurança no trabalho devem ser revisados e atualizados, no mínimo bienalmente, ou em uma das seguintes situações:

- a) recomendações das análises de risco;
- b) modificações, ampliações e reformas da instalação;
- c) acidentes e incidentes nos trabalhos relacionados com inflamáveis;
- d) acidentes e incidentes que, mesmo fora das instalações, possam afetar as condições normais de operação;
- e) recomendações da CIPA, SESMT;
- f) notificação das autoridades competentes.

Inspeção e Manutenção

20.7.1 As instalações e equipamentos das plataformas de petróleo e gás e instalações de apoio devem possuir plano de inspeção e manutenção devidamente documentado.

20.7.2 O plano de inspeção e manutenção deve contemplar, no mínimo:

- a) equipamentos, máquinas, instalações sujeitos a inspeção e manutenção;
- b) tipos de intervenções;
- c) procedimentos de inspeção e manutenção;
- d) cronograma;
- e) identificação dos responsáveis;
- f) quantidade, especialidade e capacitação dos trabalhadores;
- g) procedimentos de segurança;
- h) sistemas e equipamentos de proteção coletiva e individual.

20.7.4 A fixação da periodicidade das inspeções e das intervenções de manutenção deve considerar:

- a) o previsto nas normas regulamentadoras e normas técnicas;
- b) as recomendações do fabricante, em especial dos itens críticos à segurança do trabalhador;
- c) as recomendações dos relatórios de inspeções de segurança e de investigação de acidentes e incidentes do trabalho, elaborados pela CIPA ou SESMT;
- d) as recomendações das análises de risco;
- e) a existência de condições ambientais agressivas;
- f) as boas práticas de engenharia;
- g) as notificações das autoridades competentes.

20.7.7 As recomendações decorrentes das inspeções e manutenções devem ser devidamente registradas e implementadas com a determinação de prazos e de responsáveis pela execução.

20.7.8 Deve ser elaborada análise de riscos e permissão de trabalho contendo procedimentos específicos de segurança e saúde para trabalhos:

- a) que possam gerar chamas, calor, centelhas ou ainda que envolvam o seu uso;
- b) em espaços confinados, conforme Norma Regulamentadora 33;
- c) envolvendo isolamento de equipamentos e bloqueio/etiquetagem;
- d) em locais elevados com risco de queda;
- e) com equipamentos elétricos, conforme Norma Regulamentadora 10;
- f) outros cuja análise de riscos assim recomendar.
- h) trabalhos submersos

Inspeção de Segurança e Saúde no Trabalho

20.8.1 As plataformas de petróleo e gás e instalações de apoio devem ser regularmente inspecionadas com enfoque na segurança e saúde no trabalho.

20.8.2 O cronograma anual de inspeções de segurança e saúde no trabalho deve ser elaborado e implementado pelo SESMT, consultada a CIPA, de acordo com os riscos das atividades/operações desenvolvidas.

20.8.2 As inspeções devem ser devidamente documentadas e as respectivas recomendações implementadas com o estabelecimento de prazos e de responsáveis pela sua execução.

Prevenção e controle de emissões fugitivas, vazamentos, derramamentos, incêndios e explosões.

20.12.1 A empresa deve elaborar e implementar plano de prevenção e controle de emissões fugitivas, vazamentos, derramamentos, incêndios e explosões.

20.12.2 O plano deve contemplar todos os meios e ações necessárias para minimizar os riscos de ocorrência de emissões fugitivas, vazamento, derramamento, incêndio e explosão, bem como para reduzir suas consequências em caso de falha nos sistemas de prevenção e controle.

Controle das fontes de ignição

20.13.1 Todas as instalações elétricas e equipamentos elétricos fixos ou móveis, equipamentos de comunicação, ferramentas e similares utilizadas em áreas classificadas, assim como os equipamentos de controle de descargas atmosféricas, devem estar em conformidade com a Norma Regulamentadora 10.

20.13.2 O empregador deve implementar medidas específicas para controle da geração e acumulação de eletricidade estática em áreas sujeitas à existência e/ou à formação de atmosferas explosivas ou misturas inflamáveis.

20.13.3. Os trabalhos envolvendo o uso de equipamentos que possam gerar chamas, calor ou centelhas, nas áreas sujeitas à existência e/ou formação de atmosferas explosivas ou misturas inflamáveis, devem ser precedidos de permissão de trabalho.

20.13.4 A empresa deve instalar sistema de sinalização indicando a proibição do uso de fontes de ignição nas áreas sujeitas à existência e/ou formação de atmosferas explosivas ou misturas inflamáveis.

Plano de Emergência

20.14.1 O empregador deve elaborar e implementar um plano de emergência que contemple ações específicas a serem adotadas na ocorrência de vazamentos ou derramamentos de inflamáveis, incêndios ou explosões.

20.14.2 O plano de emergência deve ser elaborado considerando as características, bem como a complexidade da instalação e conter, no mínimo:

- a) nome e função do (s) responsável(eis) técnico(s) pela elaboração, gerenciamento, coordenação, implementação e revisão do plano;
- b) designação dos membros da equipe de emergência, responsáveis pela execução de cada ação e seus respectivos substitutos;
- c) estabelecimento dos possíveis cenários de emergências;
- d) descrição dos equipamentos necessários para resposta a cada cenário contemplado;
- e) descrição dos meios de comunicação;
- f) detalhamento dos procedimentos de emergência para cada cenário contemplado;
- g) detalhamento dos procedimentos para comunicação e acionamento das autoridades públicas e desencadeamento da ajuda mútua, caso exista;
- h) programa de capacitação dos trabalhadores para atuação em caso de emergências, incluindo ações de abandono de área, combate a incêndio, contenção de vazamentos, resgate e primeiros socorros;
- i) procedimentos para orientação de visitantes, quanto aos riscos existentes e como proceder em situações de emergência;
- j) cronograma, metodologia e registros de realização de exercícios simulados.

20.14.3 O plano de emergência deve ser avaliado após a realização de exercícios simulados e/ou na ocorrência de situações reais, com o objetivo de testar a sua eficácia, detectar possíveis falhas e proceder aos ajustes necessários.

20.14.4 Os exercícios simulados devem ser realizados durante o horário de trabalho, com periodicidade, no mínimo, anual, podendo ser reduzida em função das falhas detectadas ou se assim recomendar a análise de risco.

Comunicação de Ocorrências

20.15.1 O empregador deve comunicar ao órgão regional do Ministério do Trabalho e Emprego a ocorrência de vazamento, incêndio ou explosão envolvendo inflamáveis que tenha provocado a interrupção parcial ou total das atividades da instalação.

20.15.1.1 A comunicação deve ser encaminhada até o primeiro dia útil após a ocorrência e deve conter:

- a) Nome da empresa, endereço, local, data e hora da ocorrência;
- b) Descrição da ocorrência, com relação de inflamáveis e outros produtos químicos envolvidos;
- c) Nome e função das vítimas;
- d) Prováveis causas;
- e) Conseqüências;
- f) Medidas emergenciais adotadas.

20.15.2 No prazo de até 30 dias da ocorrência a empresa deve encaminhar relatório de investigação e análise ao órgão regional do Ministério do Trabalho e Emprego, com a descrição das causas básicas e medidas preventivas adotadas.

O Relatório de Segurança da plataforma de petróleo e gás e instalações de apoio é composto dos seguintes documentos:

- a) Projeto,
- b) Análise de riscos,
- c) Plano de manutenção e inspeção,
- d) Procedimentos de segurança e saúde no trabalho,
- e) Plano de prevenção e controle de emissões fugitivas, vazamentos, derramamentos, incêndios e explosões
- f) Plano de emergência

O Relatório de Segurança da plataforma e instalações de apoio, devendo estar disponível aos trabalhadores e seus representantes, e as autoridades competentes.